



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE TRÊS CORAÇÕES – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: JOSÉ RICARDO DILY



Lei de Criação nº 10.770, de 21-11-2003 Data da instalação: 23-11-2005 Data de implantação do PJe: 28-7-2014

Jurisdição: Três Corações, Cambuquira, Campanha, Carmo da Cachoeira, Lambari, Monsenhor Paulo, São Bento do Abade e São Tomé das Letras.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 24-11-2020, p. 2.





ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 17-9-2019

As 8 horas do dia dois de dezembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. Ana Maria Amorim Rebouças, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na Vara do Trabalho de Três Corações, situada na Praça Prefeito Odilon Resende Andrade, 76 - 3º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682. XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. José Ricardo Dily; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Mateus Engel Ayer Botrel; os servidores Aline de Oliveira Pereira Damasceno, Francisco José Iabrudi Tavares, Geraldo Valério Vilela, Gleisson Eustáquio de Morais Lara, Ivan Moreno de Souza, Jairo Soares Filho, João Paulo Santos de Andrade, Juliano César Rodrigues, Lívia Mara Moscardini, Maira Izabel Dias Gaier, Marco Antônio Firmino Rodrigues, Priscilla Pereira Simone, Thiago Silva Neves; a estagiária Sara Rodrigues De Carvalho, Ausente as servidoras Carolina Avelar Palhares e Yedda Aires Duarte Poli, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- 1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 875 processos, distribuídos neste ano até o dia 20-11-2020, apurando-se a média de 4,2 processos por dia útil.
- 1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS A Vara recebeu 47 cartas precatórias, dentre elas 11 executórias, até o dia 20-11-2020, das quais 23 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.
- 1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT Existe o registro de 307 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 144 processos foram remetidos neste ano até o dia 20-11-2020.
- 1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO Há 30 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.





- 1.5. CARGA PARA PERITOS Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 99 processos com perícia designada.
- 1.6. MANDADOS EXPEDIDOS Constam 704 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 13 pendentes de cumprimento, no prazo.
- 1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há processos sobrestados.
- 1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO a taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho		Três C	orações -	lla Vara	
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3" trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	22,27	25,07	18,98	16,67	29,34

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 20-11-2020) (fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	134
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	178
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	22





Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de	13
instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-	
Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão	
suspensos/sobrestados.	
	TOT

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	1	4
2017	3	3
2018	7	2
2019	26	1
2020 – ano de referência	297	
TOTAL	334	0,16

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de novembro até o dia 20-11):

Processo	Classe	Tarefa
0011903-14.2016.5.03.0147	Tutela Antecipada Antecedente	Aguardando prazo
0010083-23,2017.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010874-89.2017.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010943-24.2017.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010186-93.2018.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência





0010512-53.2018.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010513-38.2018.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011168-10.2018.5.03.0147	Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica	Cumprimento de Providências
0011182-91.2018.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011332-72.2018.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011407-14.2018.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010210-87.2019.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0010453-31.2019.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010829-17.2019.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010920-10.2019.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011119-36.2019.5.03.0178	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar decisão
0011153-07.2019.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011160-96.2019.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011162-66.2019.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011198-11.2019.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

 Indicador Pendentes (102): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	2
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	408





FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	72
FASE	Situação	Quantidade de processos
FASE EXECUÇÃO	Situação Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	Quantidade de processos 40

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO		Saldo de processos ditem 393 no final di período de referência	S. In
		Saldo de processos ditem 90393 no final di período de referência	
		Saldo de processos ditem 62 no final di período de referência	100 100
		Saldo de processos di item 90062 no final di período de referência	

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

																																							ĕ	





Indicador / Ano	2016				3° trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	91,84	88,60	54,98	61,08	66,05

Existem 1.399 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 927 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 24 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 448 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 20/11/2020

No ano anterior, até dia 20/11/2019 – havia 1.555 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.129 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 32 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 394 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 20-11):

Processo	Classe	Tarefa
0055300-12.2005.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PARTE INCLUÍDA NO CADASTRO DE DEVEDORES
0126500-45.2006.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	PROCESSO RETORNOU DO ARQUIVO PROVISÓRIO
0006700-23.2006.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	CONCLUSOS PARA DESPACHO
0186100-94.2006.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo enviado ao APOIC
0151600-02.2006.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0179700-64.2006.5.03.0147	Consignação em Pagamento	ANDAMENTO CANCELADO
0038700-08.2008.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	DESPACHO
0001038-39.2010.5,03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DEVOLUÇÃO DE MANDADO: CUMPRIDO





		COM ÊXITO
0084200-68.2006.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO RETORNOU DO ARQUIVO PROVISÓRIO
0166700-89,2009.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	CONCLUSOS PARA DESPACHO
0000300-22.2008.5.03.0147	Consignação em Pagamento	Processo com dívida previdenciária em aberto ARQUIVADO PROVISORIAMENTE
0044400-33.2006.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE
0055600-37.2006.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DESPACHO
0058600-79.2005.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DECURSO DE PRAZO PARA
0166400-35.2006.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE
0000691-06.2010.5.03.0147	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Arquivado

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93(execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Decisões	2019	2020
01-JANEIRO	37	22
02-FEVEREIRO	29	48
03-MARÇO	21	25
04-ABRIL	13	21
05-MAIO	24	36
06-JUNHO	21	35
07-JULHO	60	57
08-AGOSTO	265	57
09-SETEMBRO	38	47
10-OUTUBRO	84	95
11-NOVEMBRO	184	42
Totais	776	485

Decisões por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
FABRICIO LIMA SILVA	1	i mar b									
JOSE RICARDO DILY	21	40	2	21	26	35	57	57	2	87	42
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES		5	23		10				10-03	1	
WILLIAM MARTINS				3-22-10	3 000-0			3	45	7	
Totals	22	45	25	21	36	35	57	57	47	95	42





Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	39	40
02-FEVEREIRO	83	37
03-MARÇO	49	57
04-ABRIL	65	78
05-MAIO	81	79
06-JUNHO	42	110
07-JULHO	35	111
08-AGOSTO	56	157
09-SETEMBRO	61	122
10-OUTUBRO	67	116
11-NOVEMBRO	46	63
Totais	624	970

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 20-11-2020, existem 33 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

Qtde
8
16
9
33

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 2-12-2020 havia 5 processos:

a) instrução: 5 processos.





Foram examinados os autos dos processos 0010037/20, 0010513/18, 0010223/20, 0010484/20, 0010375/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

PROCESSOS SOBRESTADOS; 2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS: PROCESSOS CONCILIAÇÃO; MEDIANTE PROCESSOS SOLUCIONADOS PROCESSOS \mathbf{EM} FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS JULGADOS: ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 27-11-2020, 97 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 95 processos.

Exame dos autos dos processos 0010492/20, 0010461/20, 0010813/20, 0010861/20, 0010837/20, 0010856/20, 0010523/20, 0010664/20, 0010307/20, 0010675/20, 0010752/20, 0010753/20, 0010751/20, 0010594/20, 0010630/20, 0010681/20, 0010703/20, 0010701/20, 0010568/20, 0010178/20, 0010661/19, 0010100/19, 0010629/20, 0010241/20, 0010021/20, 0010693/20, 0010763/20, 0010696/20, 0010662/20, 0010342/20, 0010572/20, 0010663/20, 0010697/20, 0010614/20, 0010411/20, 0011323/19, 0010120/18, 0010015/19, 0011163/19, 0010771/19, 0010328/19, 0010104/19, 0010240/19, 0010007/19, 0010919/19, 0010330/19, 0010006/20, 0011104/19, 0010941/18, 0011801/17, 0010874/20, 0010365/20, 0010644/20, 0010429/20, 0010774/20, 0010775/20, 0010500/20, 0010869/20, 0010847/20, 0010837/20, 0010714/18, 0010772/18, 0010872/18, 0010637/18, 0011143/18, 0011496/19, 0011565/19, 0010398/19, 0010565/19, 0010675/19, 0010694/19, 0010868/19, 0010131/18, 0010899/19, 0011462/19,.

RESULTADO - examinados os autos, constatou-se:

- 0010752/20, 0010753/20, 0010751/20, 0010594/20, 0010630/20, 0010681/20, 0010703/20:
 processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0010523/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 57a869e (mais de 10 dias);
- 0011323/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 12c97ab (mais de 10 dias), Id 7b1e5a1 (mais de 10 dias);
- 0010120/18; excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id
 7c25f8b (mais de 20 dias);
- 0010499/16: excesso de prazo para elaboração dos cálculos Id 4d085e5 (mais de 30 dias);





- 0010328/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id e7c2b1e (mais de 20 dias);
- 0010240/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id f24b2d9 (mais de 10 dias);
- 0010330/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 891522b (mais de 20 dias), Id 76dc52a (mais de 10 dias). Id da1ec06 (mais de 10 dias):
- 0010006/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id
 5b33a46 (mais de 10 dias);
- 0011104/19: excesso de prazo para claboração dos cálculos Id 1e0248b (mais de 30 dias)
 e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id b987626 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

- 2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.
- 2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis públicas em tramitação.

uardando cumprimento de acordo
Aguardando prazo
uardando cumprimento de acordo
Aguardando prazo
Aguardando prazo
uardando apreciação pela instância superior Conclusão ao magistrado

- **2.4.** AÇÃO CIVIL COLETIVA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há ação civil coletiva em tramitação.
- 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA -





Prazos médios da pauta/dias corridos

114203	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	26	27	63
Instrução processo físico		-	<u> </u>
Instrução processo eletrônico	75	78	104

Apuração conforme dados extraidos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

5.050	momade a	e r creates areas are	410
	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	8	9	09/02/2021 - 27 dias
Procedimento Ordinário	13	32	05/02/2021 – 25 dias
Instrução	24	46	02/06/2021 - 100 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 20-11-2020).

 Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (104): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	730	105

 2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	3	2.083
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	246	102





3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumarissimo - ente privado (item 275)	66	3.089
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	324	807
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	6	3.597
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	8	730

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	67	0,2
Julgados procedentes em parte	346	1,5
Julgados improcedentes	123	0,5
Extintos com resolução de mérito	1	0,004
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	537	2,3
Extintos sem resolução de mérito	49	0,2
Arquivamento	102	0,4
Desistência	80	0,3





Outras decisões sem exame de mérito	1	0,004
outras decisões sem exame de memo		*******
Total sem exame de mérito	232	1,02
Decisões de conhecimento	769	3,3
Decisões decorrentes da oposição de		
embargos de declaração	120	0,5
Decisões na fase de execução	79	0,3
Total	968	4,2

No ano de 2020, até o dia 20-11, com 206 dias de expediente forense (segunda-feira a sextafeira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	27	0,1
Julgados procedentes em parte	159	0,7
Julgados improcedentes	43	0,2
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	229	1,1
Extintos sem resolução de mérito	47	0,2
Arquivamento	73	0,3
Desistência	19	0,09
Outras decisões sem resolução de mérito	2	0,01
Total sem resolução de mérito	141	0,6
Decisões de conhecimento	370	1,7
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	72	0,3
Decisões na fase de execução	69	0,3
Total	511	2,4

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO





- Em novembro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil		
Conciliação em conhecimento	2	0,1		
Conciliação em execução	4	0,2		
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0		
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	46	2,6		
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0		
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	55	2,7		
Una/Una (rito sumaríssimo)	38	1,9		
Total	145	7,2		

No mês de novembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 19 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11:

Conciliação por fases	Conhe	ecimento	Exec	ução	Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	31	22				- 1
02-FEVEREIRO	67	34	2	4	1	4
03-MARÇO	66	44	10	8	1	
04-ABRIL	64	11	4	2	2	
05-MAIO	84	33	4	3	3	1
06-JUNHO	57	30	8	3	1	1
07-JULHO	137	53	4	5		3
08-AGOSTO	104	47	9	3		
09-SETEMBRO	72	58	I	8	3	1
10-OUTUBRO	61	58	4	4	2	2
11-NOVEMBRO	126	20	5	4	2	
Totais	869	410	51	44	15	13





Conciliação por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/1
JOSE RICARDO DILY	23	42	43	13	37	34	61	50	17	46	24
NATALIA ALVES RESENDE. GONÇALVES			51								
WILLIAM MARTINS				U			2		50	18	
Totals	23	42	52	13	37	34	61	50	67	64	24

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Audiências	2019	2020	
01-JANEIRO	118	71	
02-FEVEREIRO	201	122	
03-MARÇO	178	90	
04-ABRIL	153		
05-MAIO	219	55	
06-JUNHO	173	65 81 108	
07-JULHO	269		
08-AGOSTO	230		
09-SETEMBRO	224	99	
10-OUTUBRO	120	83	
11-NOVEMBRO	239	99	
Totais	2124	873	

Audiências por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
JOSE RICARDO DILY	71	122	877	55	65	81	108	14	75	99
NATĀLIA ALVES RESENDE GONÇALVES			90							
WILLIAM MARTINS								85	- 8	
Totais	71	122	90	35	65	81	108	99	83	99

Foram designadas 117 audiências para dezembro de 2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Sentenças	2019	2020	
01-JANEIRO	56	68	
02-FEVEREIRO	142	80	
03-MARÇO	130	65	
04-ABRIL	131	56	
05-MAIO	181	48	
06-JUNHO	135	43	
07-JULHO	215	83	
08-AGOSTO	184	106	





09-SETEMBRO	125	85
10-OUTUBRO	94	82
11-NOVEMBRO	169	51
Totais	1562	767

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
FABRICIO LIMA SILVA	19										
JOSE RICARDO DILY	49	80	7	41	48	43	83	106	26	62	5
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES			58	15							
WILLIAM MARTINS		S	2	- 3	- 8				59	20	
Totais	68	80	65	56	48	43	83	106	85	82	. 5

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Despacho	2019	2020
01-JANEIRO	694	577
02-FEVEREIRO	682	857
03-MARÇO	712	986
04-ABRIL	857	1019
05-MAIO	982	1249
06-JUNHO	982	1200
07-JULHO	1096	1417
08-AGOSTO	1627	1352
09-SETEMBRO	997	1530
10-OUTUBRO	1040	1383
11-NOVEMBRO	1372	763
Totais	11041	12333

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 9 horas e/ou 14 horas. O intervalo entre as audiências é de 45 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade -





Movimenta	ção Anual	de Proces	SOS
	2018	2019	2020 até 20-11
Processos recebidos	1.358	1.466	875
Média por dia útil	6,0	6,4	4,2
Processos remanescentes do ano anterior	387	273	455
Sentenças anuladas	10	1	0
Total de processos para solução	1.755	1.740	1.330
Processos solucionados	1.507	1.685	767
Processos conciliados	831	916	397
Produtividade	85,86%	96,83%	57,66%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 7,9% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 10,9%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) — desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (dc 1°-1-2020 até 20-11-2020)

 Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	397
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	767





2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	767
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	875

 Indicador Taxa de Execução (113): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	326
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	416

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 20-11-2020)

 Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de de Conhecime		Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	410
Baixados na Conhecimento	de	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	787

 Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (110): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução			Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.238	
Baixados Execução	na	Fase	de	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	510

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 20-11-2020)





 Indicador Produtividade por Servidor (II1): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	787
Baixados na fase do execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	510
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	16

 Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	410
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.238
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	16

Perfil da Vara do Trabalho

Três Corações - 01a Vara





Indicadores	s / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1° trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2" trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3° trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020
	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,19	0,54	0,30	0,19
	102 - Pendentes	1.698	1.686	1.784	1.790
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	104 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	81,61	83,74	82,93	97,94
Indicadores	105 - Prazo médio na liquidação (em dias)	196,55	193,56	199,51	180,08
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.174,16	2.150,80	2.146,25	1.713,68
	I07 - Taxa de conciliação (%)	52,20	54,01	56,74	55,29
	I08 - Taxa de solução (%)	115,36	119,30	112,00	94,71
	I13 - Taxa de execução (%)	371,95	402,82	392,72	187,87
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	16,63	18,42	23,00	29,34
	110 - Taxa de congestionamento na execução (%)	61,08	58,71	59,72	66,05
	III - Produtividade por servidor	143,06	148,69	137,06	107,06
	I12 - Pendentes por servidor	100,44	100,19	105,81	107,19
	Acervo	0,24	0,28	0,26	0,25
	Celeridade	0,32	0,32	0,33	0,33
Meso	Produtividade	0,31	0,30	0,30	0,46
101.00.000	Congestionamento processual	0,45	0,42	0,43	0,50
	Força de trabalho	0,50	0,48	0,49	0,51
Macro	IGEST	0,3640	0,3602	0,3623	0,4089





Posição IGEST	36	31	36	63
Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

6. ARRECADAÇÃO -

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$256.044,69	R\$10,71

- 7. PORTARIAS De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2015, que delega competência para prática de atos processuais, meramente ordinatórios; 2/2015, estabelecendo o procedimento para fornecimento de peças físicas destinadas ao processo eletrônico e procedimento para ação de consignação em pagamento e a portaria 1/2019, que dispõe sobre a proibição de atendimento processual às partes, advogados e terceiros interessados via ligações telefônicas.
- 8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.
- 9. DA SECRETARIA Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 9 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,84% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste





Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 81%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,65%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,05%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era "manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 118,44% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 62,2% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,21%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 127,57%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 128,23% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,75%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.





Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 81,61 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 49,16%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o tempo médio alcançado foi de 99,82 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,67dias.

- 11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.
- 12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:





13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) empreendidos esforços com vistas a reduzir o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e Meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;
- inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo
 I do CPC;
- ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- reduzidos o prazo para elaboração de cálculos;





- 7) examinados e sancados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata:
- examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 10) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3a Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 11) cumprida a Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atermação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta. OU cumprido o artigo 7º da Resolução Conjunta, n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata também do uso do aplicativo WhatsApp Business:
- 12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônio Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios bancos disponíveis. eletrônicos https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ da caixa (extratos econômica federal) https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1.1.bbx? cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e https://conectividade.caixa.gov.br (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);
- 13) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 14) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5° da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o





atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

- 15) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;
- 16) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

- A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:
- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, incluindo em pauta no mínimo 30 processos, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) continuados os procedimentos para o cumprimento da Resolução Conjunta GP/CR N. 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região;
- 3) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC.





A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min do dia dois de dezembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 204/2020, publicado no DJe 24-11-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedoria, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandesi.

Ana Maria Amorim Rebouças Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE Acunado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JÚNIOR SOBSTISS Dados 2020.12.02.14.51:04-03.09

Mozart Secundino de Oliveira Júnior Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria